

Formosa (p. 140), e o reconhecimento da China Comunista (p. 141). Também nos alerta o Autor para o enorme interesse que nosso país poderia ter em explorar melhor nossas relações com as jovens nações africanas. Torna-se por outro lado digno de nota verificar as posições apresentadas por José Honório Rodrigues ao escrever o artigo, em 1962, e sua relativa validade nos dias de hoje, quando nossa política exterior tomou rumos bastante diversos dos de então.

O último ensaio intitula-se “Fortuna e Desfortuna da Política Externa Independente”. Estudo polêmico, apaixonado e agressivo, principia afirmando que

“a política externa brasileira é um reflexo limpo de toda a sua história” (pág. 180).

Relaciona depois as contradições e as dúvidas da nossa atuação externa com a problemática interna, para, a seguir, apresentar os objetivos nacionais que identifica como sendo de política própria e independente (p. 190). Termina renegando violentamente a chamada política de “interdependência” quando afirma que

“a independência é uma condição de existência e a interdependência é a ideologia do suicídio nacional” (pág. 214). Considerando ligações de dependência como negativas à própria soberania, conclui exclamando que “a primeira e grande tarefa de uma política sadia consiste na anulação progressiva das alienações de soberania” (pág. 215).

O livro, que apresenta ainda um índice remissivo e a divulgação de interessante documento é, como dizíamos a princípio, uma obra a partir da qual pode advir o debate e o esclarecimento. A clarividência de José Honório Rodrigues em levantar um problema histórico dessa natureza poderá transcender a própria obra, na medida em que ela der ensejo a outros historiadores brasileiros de seguirem na senda por êle aberta.

JAIME PINSKY

*

* *

RODRIGUES (José Honório). — *Vida e História*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, 278 pgs.

O novo livro de José Honório Rodrigues surge num momento oportuno, porque os estímulos aos estudantes e professores de História têm minguido nos últimos tempos.

Na verdade, é o primeiro trabalho realizado por historiador brasileiro onde a História se apresenta como

“disciplina de unidade e de ação, que revela discretamente, mas sem temor, a sobrevivência das forças políticas pré-nacionais e até mesmo antinacionais, e esclarece que quando se obstruir a ação das novas forças sociais, o grau de violência pode vir a ser proporcional ao tempo de retardamento” (prefácio).

Evidentemente, os mais austeros dirão que já não estamos mais no domínio do historiador. A êstes bastará lembrar o exemplo de um outro historiador austero, Johan Huizinga, que foi

“anti-fascista e antiditatorial e se revoltava contra aqueles que respondiam aos protestos contra a iniquidade, a coação das consciências, a opressão e a violência, com o argumento que as ruas estavam mais limpas e os trens corriam nos horários” (pág. 227).

Em outras palavras, este trabalho adquire sentido no momento atual porque vem de um homem de ciência extremamente afeito aos arquivos: José Honório Rodrigues não se esquece que está irremediavelmente ligado ao presente, e é no presente que se bate pelo revisionismo da historiografia oficial.

Vida e História reúne artigos, ensaios, conferências e participações em seminários, que são apresentados ao leitor em três grandes agrupamentos: no primeiro, encontram-se seus estudos mais recentes sobre as tendências e interpretações da historiografia nova e brasileira, e sobre características do povo carioca (estas, talvez um pouco deslocadas, merecendo um item à parte); no segundo, encontram-se os estudos sobre historiadores estrangeiros que se dedicaram ou ainda se dedicam à compreensão da nossa história, como Boxer e Haring; no terceiro agrupamento estão os estudos de divulgação (quase todos publicados em jornal) relativos a historiadores estrangeiros que trabalharam em questões de história geral, como Meinecke, Pirenne e Burckhardt.

Destaca-se do conjunto a conferência que dá título ao livro, elaborada em 1965. Aí estão claramente expostas as linhas mestras do pensamento do Autor, especialmente aquelas atinentes ao revisionismo da historiografia tradicional.

“As descobertas históricas que o revisionismo sempre estimula vêm menos das pesquisas factuais trazidas pelos novos documentos que das questões novas que sabemos levantar” (pág. 16).

E' de se observar que as novas questões são sempre formuladas no presente. Têm por coordenadas imediatas aquelas do momento em que vive o historiador. Acompanhando Barraclough, o Autor pretende restaurar as conexões entre o presente e o passado e fazer da história uma força viva e não um pêso morto de erudição estranha a todos. A crítica de José Honório Rodrigues é válida para aqueles que, até aqui, utilizaram a informação pela informação e que entenderam erudição no sentido de “saber ocioso”. Essa posição parece tanto mais válida quando observamos que junto daqueles que representaram até o momento atual o pensamento historiográfico brasileiro não encontramos (inclusive nas Universidades) a constituição de “escolas”, equipes ou núcleos de pesquisa: dificilmente poder-se-á culpar os novos pela ocorrência de tal fenômeno. Com certeza a rebeldia natural, num primeiro momento, e a inexistência de orientação conduzindo à inércia, num segundo momento, estarão na base de qualquer tentativa de explicação.

“É evidente que o revisionismo pressupõe uma revisão ideológica que o oriente, mas é evidente também que o sucesso da revisão histórica tem decisiva influência na revisão ideológica. A revisão torna-se uma necessidade, porque ela terá uma influência decisiva na formação da vida prática. A análise revisionista histórica exige, assim, não somente uma análise das idéias filosóficas, éticas e políticas, que fundamentam as concepções históricas, como uma revisão do próprio desenvolvimento do processo histórico em si mesmo” (pág. 18).

Nunca será demais lembrar, entretanto, que o estudo da história é mais antigo que os das outras ciências do homem; o próprio estudo da história *tem mais passado* que o estudo das outras ciências. Para renovar, em história, é mais difícil, dado que os preconceitos científicos, as resistências são maiores.

Por outro lado, na medida em que o livro é endereçado a estudantes e professores de História, e na medida em que o revisionismo continua a ser uma das metas do Autor, não teria sido exagêro fornecer neste trabalho indicações sôbre o comportamento da Universidade nessa renovação (e lembrar que algumas das principais contribuições, como a de Caio Prado Júnior, vêm *de fora* da Universidade).

E' eficaz para o Brasil, como fica claramente indicada à página 17, a idéia de que

“a ideologia dos historiadores foi sempre a apologia do passado e a conseqüente defesa do *status quo*”.

Seria útil, entretanto, observar que isso nem sempre ocorre em outros lugares: basta que sejam lembrados os exemplos de Maurice Dobb, na Inglaterra, e Albert Soboul e Pierre Vilar, na França. Para o caso brasileiro, é de se esperar que a emergência de novos grupos sociais propicie a reorientação das análises até aqui feitas por “heróis civilizadores”, que veem difusamente aquilo que o Autor chama “destino nacional” (pág. 23).

Numa sucinta apresentação das tendências revisionistas do Brasil (pág. 19 e segs), excelente ponto de partida para um trabalho maior, o Autor realça a utilização de instrumentos novos, surgida da cooperação com a antropologia, sociologia e psicologia; mostra a ineficácia da históriageral oficial brasileira, de Varnhagen a Pedro Calmon, em relação à história econômica. Relativamente aos “rumos da maturação” (pág. 19), não podemos concordar com o enquadramento rígido feito a Celso Furtado. Por outro lado, seria excessivo indicar a difusão dos trabalhos de Caio Prado Junior e Werneck Sodré, e os motivos dessa difusão?

Pode-se encontrar também na presente publicação, entre outros trabalhos, a excelente análise do pensamento político social de José Bonifácio, que ilumina largamente o processo de Independência, além de uma comunicação apresentada na Conferência sôbre as Ciências Sociais na América Latina em 1965, sôbre a “As tendências da Historiografia Brasileira e as Necessidades da Pesquisa”, onde fica evidenciado que a

“pesquisa e a historiografia brasileiras — e acreditamos que latino americanas — estão relacionadas com uma sociedade estável e arcaica e porisso a temática dominante é alheia à vida, é conpícua, erudita, adoece de uma formulação má e insuficiente dos problemas. A resposta da sociedade é a indifeernça aos resultados dos seus trabalhos” ... (pág. 58).

Nesse trabalho, aliás, o Autor participa de vigorosa polêmica com Stanley J. Stein.

Destaca-se, ainda, o artigo de 1953 intitulado “Civilização, Palavra e Conceito”, em que, a partir de observações ao trabalho de Joachim Moras (*Nascimento e Desenvolvimento do Conceito de Civilização na França, 1756-1830*), da Universidade de Hamburgo, José Honório Rodrigues discute a introdução e utilização na nossa língua do conceito *civilização*. Tal artigo já ensinava todo um campo de indagações e pesquisa (especialmente pág. 261) que sômente agora começa a ser desbravado.

Em suma, *Vida e História* constitui, em conjunto, um trabalho que deve ser utilizado como referência importante para o estudioso que não se sujeita ao

convencional na compreensão da história do Brasil. Além disso, situa José Honório Rodrigues no quadro historiográfico brasileiro, referência que é importante na medida em que está sendo anunciada — e esperada — sua *História Moderna do Brasil*.

CARLOS GUILHERME MOTA

*

* *

FORTES (Heitor Borges). — *Velhos Regimentos*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1964. 380 págs. — CAMPOS (Sena). — *Logística para a Invasão*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1965. 196 págs. — PILLAR (Olyntho). — *Os Patrões das Forças Armadas*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966. 320 págs.

1. — Embora o objetivo principal do General Heitor Borges Fortes ao escrever *Velhos regimentos* fôsse homenagear o patrono da artilharia brasileira — o Marechal Emílio Luiz Mallet — em sua data aniversária, a verdade é que seu livro representa, de fato, um ensaio sobre a evolução daquela arma, no exército de nosso país, de 1831 a 1959. O tema conduziu-o à leitura de numerosos livros, nos quais conseguiu destacar as trilhas dessa evolução, envoltas em episódios magníficos de bravura e dedicação, tanto nas campanhas externas como nas internas. Assim, a primeira parte de seu trabalho é o histórico do Primeiro Regimento de Artilharia a Cavalo, criado no Rio Grande do Sul na época da Regência, e que se tornou, pois, o decano dos corpos de artilharia de campanha — o denominado hoje “Regimento Mallet”. A autor acompanha-o na revolução farroupilha, na qual o novel corpo foi envolvido, nas guerras do Prata, na campanha do Paraguai. A parte seguinte da obra é dedicada ao Segundo Regimento, com atuação destacada nas sedições militares dos primeiros tempos da República, inclusive na campanha de Canudos. Intitula-se a terceira parte “Meio século de evolução de artilharia de campanha (1909-1959)” e nela se estudam as transformações porque passou essa arma no sentido de adaptar-se às mais modernas concepções e aos mais avançados progressos da técnica militar. O livro mereceu o Prêmio Tasso Fragoso relativo ao ano de 1962 e integra a “Coleção General Benício”, na qual figura como volume 26.

*

2. — Livro de caráter histórico, o autor, um estudo retrospectivo e em ordem direta nos apresenta os fatos que assinalaram as ações de guerra anglo-norte-americanas antes, durante e depois da invasão do solo noroeste da França.

Os aspectos estratégicos e táticos das operações são focalizados resumida e rapidamente, para se formar o ambiente em que se desenrolaram as atividades logísticas, bem assim os reais efeitos sobre o adversário, acossado em duas frentes opostas, por efeitos jamais empenhados em qualquer outra grande guerra.